



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Convergência Digital - 20/10/2016

# Justiça 'não pode ter achismo' na hora de bloquear apps no Brasil

Os processos judiciais envolvendo a internet e as diferentes aplicações sobre a rede não vão parar de crescer. No Brasil, já ficaram notórias as decisões que determinaram, até aqui por três vezes, o bloqueio do aplicativo Whatsapp em todo o país. As determinações caíram em seguida, em recursos atendidos por entenderem que se trataram de medidas desproporcionais.

Daí a importância de o Judiciário ter maior segurança de que aquilo que é determinado pode ser efetivamente cumprido, como ressalta o advogado especializado em direito digital, Rafael Maciel, que

participou da Futurecom 2016, em São Paulo.

“Em todas as ordens judiciais tem que haver uma fundamentação técnico-informática, digamos assim. O juiz pode buscar informações periciais antes de tomar uma decisão. No caso do bloqueio é fundamental saber se a ordem emanada pode efetivamente ser cumprida. Não pode ser achismo, precisa de prova documental.”

Ainda na rede, outra questão que ganha relevância é a privacidade – e o que apreça um difícil equilíbrio entre ela e o espaço suficiente para permitir que a inovação aconteça. Assistam a entrevista.

20/10/2016 - Convergência Digital

# TV Digital: Governo impõe desligamento em Brasília 'de qualquer jeito'

A exemplo do que se viu na 'piloto' Rio Verde (GO), Brasília e região metropolitana terão os sinais analógicos de televisão desligados na quarta, 26/10, mesmo que a pesquisa que mede a preparação dos domicílios para a TV Digital mostre que ainda falta mais gente do que o previsto nas regras da transição.

Como explicou a secretária de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Vanda Bonna Nogueira, em reunião do Gired realizada nesta quinta, 20/10, “a ordem do ministro Gilberto Kassab é para desligar de qualquer jeito”. Como também deixou claro no mesmo encontro, o governo vai usar seu ‘voto de minerva’ para impor a decisão na próxima semana.

Com esse espírito, não chega a surpreender que o grupo de teles, emissoras, Anatel e governo que coordena a transição para a TV Digital não tenha conseguido chegar a um consenso sobre a metodologia para medir o quão preparados estão os lares da capital e de seu entorno. Foi mais um pretexto para o governo usar o poder discricionário: para depois de Brasília, vai fixar uma nova metodologia em Portaria ministerial para evitar futuras discussões.

“Excepcionalmente para Brasília a gente vai ter

duas metodologias de pesquisa. As duas vão ser avaliadas na decisão do dia 25 e com todos os dados na mesa o Gired decide se atingiu ou não o percentual. Foi uma decisão dividida entre as teles e as tevês”, admite o conselheiro da Anatel Rodrigo Zerbone, que coordena o Gired.

Pela regra da transição, os sinais analógicos só podem ser desligados quando for verificado que o município tiver 93% dos domicílios preparados para a TV Digital – o que torna crucial a metodologia da pesquisa que mede essa preparação. Não por menos, embates sobre os critérios a serem considerados acontecem desde o início desse processo, uma vez que eles vêm sendo sucessivamente alterados de forma a turbinar os números.

### Tela fina

No específico, as emissoras de televisão argumentam que a metodologia empregada, que considera todas as casas que tenham televisor de tela fina como preparadas para a TV Digital, pode deixar muita gente sem novela com o desligamento analógico. Por isso, defenderam o uso de indicadores adicionais – como a existência de conversor ou menção a canais .1, ou .2, etc, ou ainda a imagens efetivamente digitais.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

As teles, por sua vez, entendem que todas as telas finas devem ser consideradas, mas admitem o uso de um 'deflator' de 8%, como forma de garantir maior segurança. Segundo a defesa dessa metodologia, pesquisas anteriores já indicaram que cerca de 8% dos domicílios em Brasília com televisores de tela plana não possuem o conversor de sinais digitais – e assim basta retirar esse percentual do resultado final. Para as tevês, porém, essa distância seria maior – 30% das TVs de tela fina não teriam conversor.

“Vamos pegar as duas metodologias, avaliar o resultado de cada uma, comparar com o resultado de Rio Verde, avaliar algum tipo de projeção para a última semana, que a pesquisa não mede, e decidir qual a posição que o Gired vai levar ao governo”, explica o conselheiro Rodrigo Zerbone.

Na pesquisa realizada em agosto, a diferença entre ambas se mostrou razoável. Com o critério das teles, 85% dos lares da capital e região metropolitana já estariam aptos a receber os sinais digitais. Pela meto-

dologia defendida pelas emissoras de televisão, esse percentual seria menor, de 79%. “É uma diferença grande, que se for aplicada em São Paulo, por exemplo, poderia impactar milhões de pessoas”, diz o diretor geral da Abert, Luis Roberto Antonik.

A turma das tevês aceitou desligar os sinais analógicos de Rio Verde com menos de 93% (lá foi desligado com 85%), mas sustenta que tratava-se da 'cidade-piloto' do processo de transição. Como a margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais, já se admite que alcançados 90% é possível desligar. Mas menos do que isso as emissoras não vão aceitar.

“Se os dois resultados passarem de 90%, vamos todos comemorar. Mas a princípio, se no critério do Gired não alcançar 90%, a radiodifusão vai se posicionar contrária ao desligamento. Em Rio Verde deixamos consignado que aquilo que fizemos só valia lá, não se aplicava em outras localidades. Era uma experiência”, afirma o diretor-geral da Abert.

21/10/2016 - Telesíntese

## Anatel precisa fiscalizar eleições de conselhos de usuários das teles, diz MPF-SP

**No entender do órgão, há risco de vícios nas iniciativas, tocadas pelas próprias operadoras**

O Ministério Público Federal em São Paulo enviou à Anatel uma recomendação na qual pede que a agência fiscalize as eleições para os conselhos de usuários das operadoras de telecomunicações no Brasil. As empresas renovam neste ano os conselhos de usuários. Os conselhos têm caráter consultivo, devendo avaliar a qualidade do atendimento e formular propostas para a melhoria dos serviços.

O MPF lembra situação de 2014, em que a Sky teria orientado funcionários a participar das eleições, votando em clientes satisfeitos com a empresa. Na época, o MPF enviou a denúncia à Anatel, porém a agência não iniciou qualquer processo de fiscalização alegando inviabilidade técnica.

Para as eleições de 2016, diz que as orientações da Anatel aos operadoras, – de divulgar os processos

seletivos sem contato telefônico -, são infrutíferas.

“Editais publicados por várias prestadoras apresentam possibilidades distintas das informadas pela Anatel, como eleitores poderem votar em até seis candidatos inscritos. A agência também não pode garantir que a divulgação do pleito está sendo realizada por meio das faturas de cobrança, pois este controle é feito apenas a posteriori”, diz o MPF paulista.

Além de pedir fiscalização da Anatel fase a fase das eleições, o MPF recomenda, ainda, que a Agência reformule o Regulamento de Conselhos de Usuários, criando regras comuns para as votações em todas as operadoras e definindo normas para a publicidade dos pleitos. E pede que o presidente da Anatel responder em 30 dias às recomendações.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

21/10/2016 - Telesíntese

# Rodrigues apresenta voto sobre contrato de concessão em dezembro

O voto de Otavio Rodrigues reabre a discussão, pela Anatel, sobre o modelo de telecom e o ônus da concessão, com novo plano de universalização. Deverão ser três votos distintos, faltando apenas o do conselheiro Aníbal de Freitas e do presidente Juarez Quadros. Vivo e América Móvil acham que nada deve mudar até a aprovação do PL 3453. A Oi, por sua vez, quer mudanças já.

O novo modelo de telecomunicações retorna para a pauta da Anatel ainda este ano. O conselheiro Otávio Rodrigues afirmou ao Tele.Síntese que apresenta o seu voto sobre os contratos de concessão e o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) no início de dezembro.

Ele disse que não pode mais esperar pela decisão do Poder Legislativo (que debate o projeto de lei 3453, do deputado Manoel Vilela, e que acaba com as atuais concessões de telefonia fixa) para explicitar a sua posição. "Reconheço que seria muito mais adequado para o Congresso Nacional decidir sobre esta questão, até porque entendo que a lei é que deve alterar a concessão. Mas não posso mais ficar esperando por uma decisão. Vou apresentar meu voto", disse ele.

Com a apresentação desse voto – que não deverá acompanhar nem o voto do conselheiro Igor de Freitas, nem o do conselheiro Rodrigo Zerbone – restarão apenas aos conselheiros Aníbal de Freitas e ao presidente, Juarez Quadros, se manifestarem. Esse será mais um desafio para o presidente, que terá que "costurar" um voto que consiga o apoio de todo o conselho.

### Quando mudar?

Para a Vivo e para a América Móvil, no entanto, o ideal é que a Anatel espere pela aprovação da nova lei, antes de propor qualquer alteração nas regras contratuais ou mesmo nas metas de universalização. "Qualquer mudança da Anatel, antes da lei, nesse momento, iria causar muita confusão", disse Amos Genhish.

A renovação contratual – com novas metas de universalização – deveria ter sido feita no ano passado – a lei geral de telecomunicações determina que essa revisão aconteça a cada cinco anos. Mas a agência decidiu prorrogar os atuais contratos, porque não havia consenso no governo sobre o que deveria ser feito.

Para a Oi, porém, a manutenção do PGMU igual ao que era há 10 anos torna-se mais uma agravante em seus custos. Por isso a concessionária defende que as mudanças sejam feitas pela agência, antes de o projeto ser aprovado.

"Nós temos uma planta de orelhão que custa R\$ 300 milhões ao ano para ninguém falar. É dinheiro jogado fora", disse o presidente da Oi, Marco Schoroder, que pede para a Anatel mudar as metas já.

### Os votos

Igor de Freitas propôs o fim das atuais concessões de telefonia tais como as conhecemos hoje, e a migração de todo o serviço para o regime privado. Em sua proposta, a mudança poderia ser feita por decreto presidencial e restariam pequenas "ilhas" de concessão de serviço público, apenas nas localidades onde o orelhão fosse o único serviço disponível.

Rodrigo Zerbone, por sua vez, propôs também o fim da concessão de telefonia, mas através da migração de todas as licenças para um serviço único de telecomunicações. As concessionárias, nessa migração, passariam a ter obrigações de cobertura de banda larga. E todos os serviços, inclusive o celular, que passaria a ser enquadrado no serviço único passariam a ser regulados pela Anatel por sua essencialidade.

06/10/2016 16:46 - Carta Maior

## Economistas rejeitam ultimato e propõem alternativa à PEC 241

Diagnósticos equivocados e argumentos falaciosos buscam na verdade subordinar a sociedade, definitiva e permanente, à supremacia da lógica rentista.



Desde o final de 2014 a sociedade brasileira vem sendo coagida a acreditar que não há alternativa ao suicídio, exceto o juízo final diante dos mercados.

A austeridade fiscal, rebatizada sugestivamente de 'austericídio' no continente europeu, onde vigora há mais tempo -- e com resultados sabidos, tem sido prescrita aqui para um metabolismo econômico de sinais vitais declinantes.

A partir do golpe parlamentar de 31 de agosto, a dose transmutou-se em purga radical.

Indiferente à perda de pulso do doente espremido entre a conjura conservadora e o esgotamento de um ciclo de desenvolvimento, os científicos da austeridade cobram rigor redobrado na terapia.

Prescreve-se, entre outras coisas, 20 anos de coma induzido através da PEC 241, a PEC da Maldade, que atinge o coração da Constituição Cidadã de 1988, ferindo de morte qualquer espaço de ganho real para o guarda-chuva de direitos inscrito na Carta que completa 28 anos este mês.

Ao contrário de reagir, a nação deriva.

Diagnósticos equivocados e argumentos falaciosos buscam na verdade subordinar a sociedade, definitiva e permanente, à supremacia da lógica rentista.

O resultado é a imposição de um outro projeto de país, que rasga princípios e valores pactuados na Assembleia Constituinte de 1987, sem a consulta à cidadania diretamente atingida pelo desmanche ardiloso da Carta Cidadã.

O documento "Austeridade e Retrocesso: Finanças

Públicas e Política Fiscal no Brasil", de iniciativa do Fórum 21, Fundação Friedrich Ebert, GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e Plataforma Política Social apresenta uma análise aprofundada dessa encruzilhada.

Nele, o desafio fiscal é dissecado, apontando-se seus problemas reais, denunciando-se as falácias e mitos que sustentam um discurso supostamente 'técnico', na verdade atrelado a interesses políticos.

LEIA O DOCUMENTO

Essa análise é o produto de um trabalho coletivo de dezenas dos melhores economistas do país.

Sua primeira seção intitulada 'Superávit primário: a insensatez conduz a política fiscal' trata do papel da política fiscal no crescimento, bem como dos efeitos perversos da austeridade sobre a atividade econômica, ademais das lacunas do regime fiscal brasileiro e das alternativas para a sua reforma.

A seção 2, 'Dívida pública e a gestão macroeconômica', trata inicialmente das consequências econômicas da dívida pública e dos mitos que a envolvem. Mostra ainda a evolução recente da dívida líquida e da bruta no país, apontando seus determinantes e desmistificando a ideia de que o superávit primário é a variável central para controle da dívida, como propõe a PEC da Maldade.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Economistas-rejeitam-ultimato-e-propoem-alternativa-a-PEC-241-/7/36968>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

21/10/2016 - Vermelho

# Indústria cai em setembro e indica recessão maior

A pesquisa Sondagem Industrial, divulgada nesta sexta-feira (21), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostra que a economia do país, sob o governo do presidente Michel Temer, está longe de retomar o crescimento.

Segundo a pesquisa, o índice que mede a evolução da produção industrial ficou em 45,8 pontos em setembro. Pela metodologia da pesquisa, número abaixo de 50 indica atividade industrial em queda. Em comparação com o mesmo período de 2015, o número era de 42 pontos. Comparando com agosto deste ano, o índice havia ficado em 50,8 pontos, pela primeira vez em 14 meses.

O levantamento da CNI mostra também que houve uma redução no otimismo em relação aos próximos seis meses. O índice de empresários que espera uma

recuperação na demanda caiu de 54,9 em agosto para 52,3 pontos, bem como do aumento da quantidade exportada (50,8 ante 52,4 pontos). A expectativa é de queda do número de empregados (46 pontos, ante 47,9) e a intenção de investir continua em baixa (43,5 ante 43,4 em agosto).

Sob o comando de Robson Andrade, a CNI foi uma das apoiadoras do impeachment da presidente Dilma Rousseff e da ascensão de Michel Temer ao poder. O levantamento da entidade mostra, entretanto, que a escolha não foi a melhor. Os industriais estão insatisfeitos com a situação financeira (41,5 pontos), com o acesso ao crédito (30,5 pontos) e com a margem de lucro operacional (36,4 pontos) - indicadores abaixo de 50 pontos representam insatisfação.

19/10/2016 - Altamiro Borges

# Três perguntas sobre a prisão de Cunha

O ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acaba de ser preso. O pedido de prisão foi feito pelo juiz Sergio Moro após solicitação do Ministério Público Federal.

Por razões distintas tem muita gente comemorando e outros nem tanto.

Seja como for, a prisão de Cunha suscita três perguntas:

O que virá da delação premiada de Cunha?

A prisão de Eduardo Cunha provavelmente acarretará em uma delação premiada do ex-deputado. Mas o que virá dessa delação? Como se sabe, as delações são utilizadas para que a Operação Lava Jato reúna informações sobre casos mais graves do que aqueles do delator.

Ocorre que Cunha tem sido apontado como um dos mais altos protagonistas do suposto esquema de corrupção investigado. Quem poderia então ser denunciado? Renan Calheiros, Michel Temer, Moreira Franco, Eliseu Padilha são os nomes possíveis que estão sendo cogitados.

Começa a surgir inclusive a versão de que esse seria o primeiro passo para o "golpe dentro do golpe". Ou seja, com a prisão de Cunha e a possível denúncia de dirigentes do PMDB que estão no Planalto, abre-se a possibilidade para a saída de Temer no ano que vem e a eleição indireta pela Câmara dos Deputados de um novo presidente ligado ao campo do PSDB.

A prisão de Cunha pode servir de alibi para uma futura prisão de Lula?

Provavelmente, sim. A Operação Lava Jato e o juiz Sergio Moro são constantemente acusados de serem seletivos: afinal de contas a maior parte dos investigados e punidos são do PT.

A prisão de Cunha pode validar a atuação de Moro ao indicar que sua Operação estaria investigando todos os lados do espectro político. Com a prisão de Cunha ficaria legitimada junto à opinião pública uma possível prisão de Lula. "A lei vale para todos", poderia dizer Moro.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/10/tres-perguntas-sobre-prisao-de-cunha.html>